

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS  
INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL



**DIMENSÃO SIMBÓLICA NA CIDADE (MARAVILHOSA) NEOLIBERAL:**  
Construção de subjetividades na produção social do espaço na Barra da  
Tijuca

BARBARA ALVES PINTO BRAVO

RIO DE JANEIRO  
2018

BARBARA ALVES PINTO BRAVO

**DIMENSÃO SIMBÓLICA NA CIDADE (MARAVILHOSA) NEOLIBERAL:**  
Construção de subjetividades na produção social do espaço na Barra da  
Tijuca

Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Política e Planejamento Urbano do Instituto de Pesquisa e planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Especialista.

Orientador: Prof. Dr. Orlando Alves dos Santos Junior - IPPUR/UFRJ

RIO DE JANEIRO  
2018

BARBARA ALVES PINTO BRAVO

**DIMENSÃO SIMBÓLICA NA CIDADE (MARAVILHOSA) NEOLIBERAL:**  
Construção de subjetividades na produção social do espaço na Barra da  
Tijuca

Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Política e Planejamento Urbano do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Especialista.

Orientador: Prof. Dr. Orlando Alves dos Santos Junior - IPPUR/UFRJ

Aprovada em:

---

Prof. Dr. Orlando Alves dos Santos Junior  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

## **RESUMO**

Tomando como premissa as profundas transformações urbanas ocorridas na cidade do Rio de Janeiro para sediar a Copa do Mundo em 2014 e os Jogos Olímpicos em 2016, pode-se verificar que a Barra da Tijuca se consagrou como o principal centro dos Jogos e em uma nova centralidade da cidade. Através da coalização de poderes que se transforma e se amplia neste contexto, investimentos públicos e privados são canalizados para a região a partir de 2010. A intervenção do Estado é orientada no provimento de infraestrutura. Apoiado em princípios neoliberais viabilizados por meio de instrumentos de financiamento, em especial a concessão de serviços públicos, tem-se na parceria público privada o principal instrumento de intervenção e gestão do território. Dentre os diversos efeitos, a localização dos moradores da cidade é determinada de acordo com a sua classe social, submetendo identidade e cultura à lógica do mercado e violando direitos legitimados pelo apoio popular aos jogos. As intervenções urbanas, em conjunto com as novas regulações jurídicas e novos agentes institucionais gestando a cidade, manipulam simbolicamente a construção de subjetividade na região da Barra da Tijuca, que tende a ser monopolizada por especialistas em representação. Há uma grande capacidade de moldar a realidade através de uma relativa autonomia dos sistemas simbólicos das estruturas sociais e de seu poder constitutivo, moldando representações compartilhadas do mundo.

**Palavras-chave:** Cidade Olímpica. Neoliberalismo. Conflitos. Identidade. Ressignificação simbólica.

## **ABSTRACT**

Based on the premises of the deep urban transformations in Rio de Janeiro city to host the World Cup in 2014 and the Olympic Games in 2016, Barra da Tijuca was transformed to be the main center of the Games and a new centrality of the city. In this context, through the coordination of powers that is transformed and expanded, public and private investments are channeled to the region as of 2010. The intervention of the State is oriented in the provision of infrastructure. Supported by neoliberal principles made possible by means of financing instruments, in particular the special concession of public services, the main public intervention and management tool is the private sector. Among the various effects, the location of the city dwellers is determined according to their social class, subjecting identity and culture to market logic and violating rights legitimized by popular support for games. The urban interventions together with the new legal regulations and new institutional agents gestating the city symbolically manipulate the construction of subjectivity in the region of Barra da Tijuca that tends to be monopolized by specialists in representation. There is a great capacity to shape reality through a relative autonomy of the symbolic systems of social structures and their constitutive power, shaping shared representations of the world.

**Keywords:** Olympic City. Neoliberalism. Conflicts. Identity. Symbolic re-signification.

## 1. Introdução

A cidade do Rio de Janeiro, que em 2016 foi protagonista de um dos maiores eventos esportivos mundiais, sofreu uma forte pressão internacional para vender a imagem de cidade global e promover um protagonismo até então inédito na cidade. Neste período houve aumento do investimento em infraestrutura na preparação da cidade para os megaeventos. As transformações, entretanto, também são simbólicas. A cidade estaria entrando em uma nova fase, num momento em que haveria oportunidades e desenvolvimento. Assim se baseava esta premissa a ser alcançada a qualquer custo.

A Barra da Tijuca surge nesse cenário como um território privilegiado de investimento público: anteriormente como centro dos Jogos Pan-Americanos, em 2007, retornando ao destaque nos Jogos Olímpicos. Entretanto, a escolha da região não ocorre de forma aleatória. Desde os anos 1970, o bairro se tornou um local de grande interesse do setor imobiliário, entendido como área de expansão de uma classe nobre da cidade. Há, portanto, a possibilidade inerente da expansão geográfica, da reorganização espacial e do desenvolvimento geográfico desigual (Harvey, 2005). Produz-se superacumulação de capital em função da localização, justificada pela localização litorânea com a proximidade da praia e da vasta natureza. O Estado, visando essas possibilidades, executa intervenções que se articulam ao Plano Piloto para urbanização da Baixada de Jacarepaguá em 1969, criado pelo arquiteto e urbanista Lúcio Costa. Assim se consolida a Barra da Tijuca nesta transição fundada em um modelo de planejamento urbano moderna funcionalista. Todo o processo de urbanização refletiu uma lógica de negação do público, fundamentada em princípios neoliberais e imposição espacial de poder econômico e político.

Nesse contexto, o objetivo geral desse artigo é traçar um panorama das mudanças vinculadas aos megaeventos abordando, de forma ensaística, a resignificação simbólica da Barra a fim de refletir como essas estratégias interagem de maneira distinta com as novas regulações jurídicas e os novos arranjos institucionais e estruturas de poder, construindo subjetividade na produção social do espaço na região em sua dimensão simbólica (Bourdieu, 2005).

A fim de estabelecer uma análise de três panoramas – intervenções, novas legitimações jurídicas e novos arranjos institucionais – o artigo se baseia nas três manifestações indenitárias expostas por Castells (1999), a saber, identidade legitimadora, de resistência e de projeto, visando-se aproximar do objetivo final de análise da resignificação simbólica desenvolvida neste contexto dinâmico, marcado por relações de poder na Barra da Tijuca reforçadas e criadas a partir das intervenções atuais realizadas e legitimadas pelos megaeventos. É preciso, portanto, distinguir as formas e as diferentes

origens que estão na base do processo de sua criação para melhor compreensão desses fenômenos. Para alcançar esse objetivo geral, o trabalho está organizado em três partes, além deste capítulo introdutório, descritos a seguir.

Na primeira parte faz-se necessária a recuperação histórica da ocupação da Baixada de Jacarepaguá marcada pela concentração fundiária que facilitou o acesso pelo mercado a grandes extensões de solo. Seguindo uma lógica patrimonialista, a região vem se ampliando, se consolidando e se readequando. Ocupada pela população nobre onde o isolamento espacial passou a se torar uma modalidade crucial e de coesão de classe, o condomínio fechado é lançado no mercado pela incorporação imobiliária alcançando sobrelucros de localização (Ribeiro, 1997).

Na segunda parte serão analisados os impactos das intervenções e as mudanças da cidade para receber grandes eventos internacionais, baseadas em um modelo de governança neoliberal de gestão da cidade alinhado a uma estrutura patrimonialista de poder local. A Barra da Tijuca é um local de experimentação dessa lógica de administração pública orientada pelo mercado. O que se percebe é a subordinação do poder público aos interesses privados, que tem ampla influência nas tomadas de decisão, aprofundando a desigualdade e a exclusão territorial, característicos do modelo neoliberal. Serão abordadas, portanto, as novas regulações jurídicas que viabilizaram as intervenções justificadas pelo desenvolvimento econômico necessárias à realização dos megaeventos.

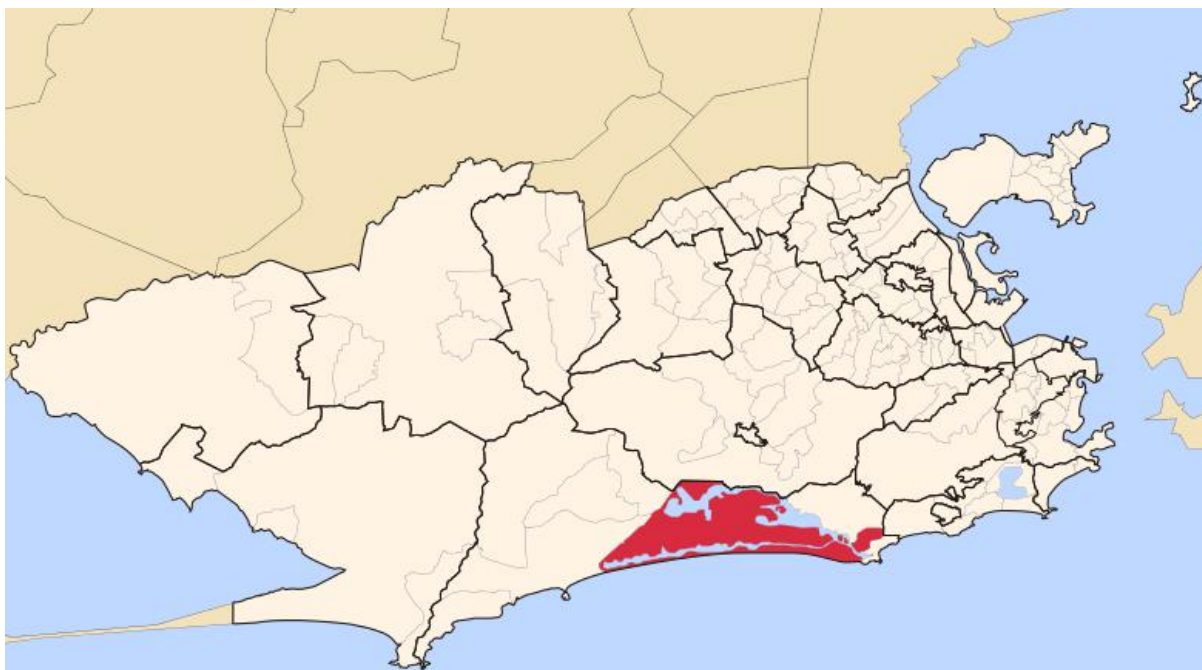
A partir de uma lógica espacial e sua relação na determinação e produção da cidade, são gerados efeitos onde a mercantilização do espaço urbano tem uma geografia baseada em processo de desconstrução de direitos e de abertura de uma área da cidade como nova fronteira de expansão do mercado imobiliário. Parcela da população é excluída destes centros econômicos e expulsa para áreas periféricas. Assim, na terceira parte será traçado um panorama das mudanças pós-megaeventos, discutindo-se as formas de reprodução do modelo empreendedorista pró-mercado.

Muitos são os desafios neste modelo neoliberal no qual a cidade se desenvolve sob novas formas, tendo a reprodução do espaço como mercadoria. Entretanto, se produz uma contradição entre valor de troca e valor de uso. A análise empírica da Barra da Tijuca é necessária para que possam ser compreendidos os novos conteúdos da produção do espaço, bem como os novos sujeitos e parcerias que interferem em sua produção.

## 2. Barra da Tijuca: a conformação do não lugar

Sob domínio de poucos proprietários, a Barra da Tijuca concentra até hoje grandes glebas. É possível compreender a atual estrutura fundiária através da sua histórica condução de ocupação. O planejamento urbano se dá a partir dos anos 1970 pelo Estado através do Plano Lúcio Costa com investimentos em infraestrutura de acesso. Neste período desenvolvem-se os primeiros grandes condomínios fechados e as grandes avenidas, características marcantes na região. Ainda neste período, em 1972, pretendia-se realizar a Exposição Internacional, com o intuito de acelerar a expansão do bairro. Entretanto ela não foi realizada. A partir de 2007 sob o pretexto da realização de grandes eventos - Pan-Americano em 2007, Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas em 2016 - resgata-se o argumento da expansão da infraestrutura e desenvolvimento urbano. Os vínculos com o território são reduzidos à sua dimensão econômica e à perspectiva de rendimentos futuros, a qual a garantia de perpetuidade da propriedade individual é uma condição (Rolnik, 2015). Em uma arena de agentes extraíndo mecanismos de renda, a região é capitaneada por empresários onde o setor imobiliário tem uma grande força política e o Estado desempenha um forte papel em destravar ativos territoriais ampliando as fronteiras do mercado e do capital financeiro.

Figura 1 – Localização do bairro da Barra da Tijuca no município do Rio de Janeiro



Fonte: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Barra\\_da\\_Tijuca.svg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Barra_da_Tijuca.svg) consultado dia 26/10/2017 às 19:40



## 2.1 Processo de urbanização planejada

Os principais proprietários de terra, até hoje, concentram as maiores áreas na Barra da Tijuca desde a década de 1970. Seriam eles Pasquale Mauro, Carlos Fernando de Carvalho (Carvalho Hosken), Tjong Hiong Oei (ESTA S.A.) e Múcio Athayde (Grupo Desenvolvimento). Para realizar qualquer grande empreendimento na Barra da Tijuca dependia-se da liberação de terras por parte de um dos grandes proprietários. Até o fim da década de 60, a região era um imenso triângulo praticamente desabitado com os lados formados pelos maciços e pelo litoral. O espaço restante era formado por grandes glebas, que podiam apresentar algum tipo de agricultura de subsistência, mas na maioria dos casos eram terras simplesmente desocupadas.

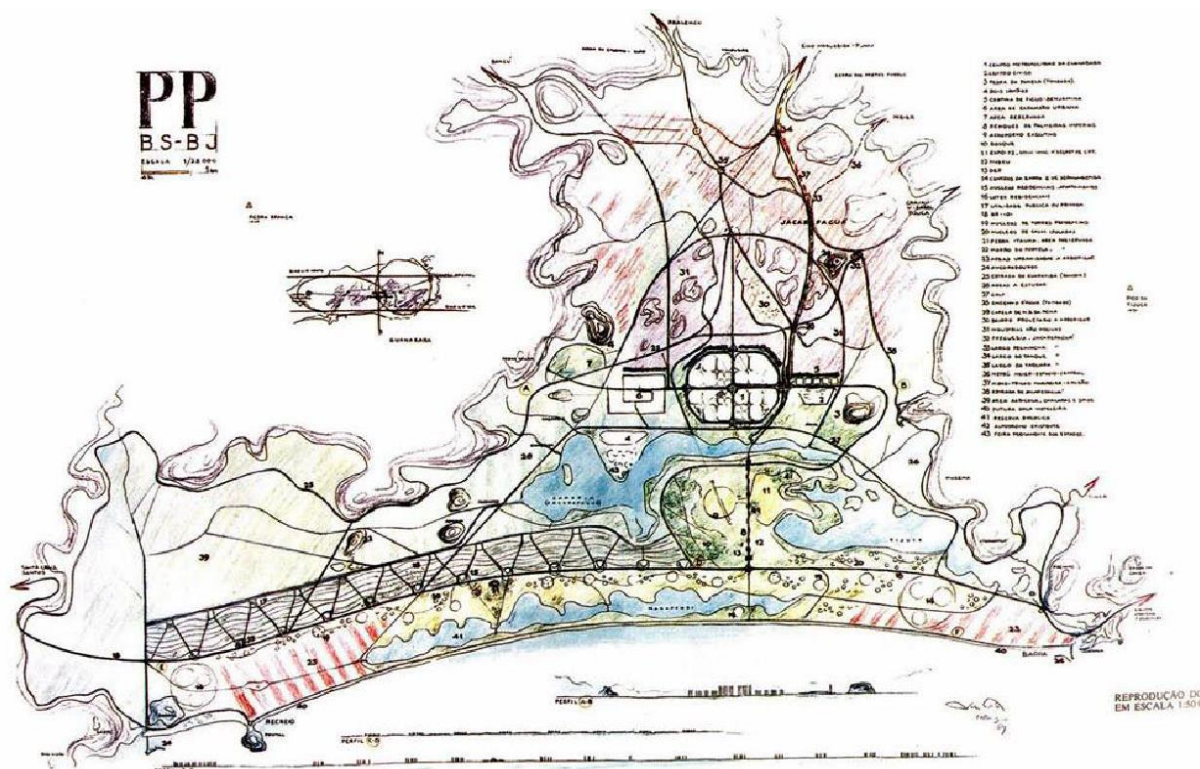
A ocupação da Baixada de Jacarepaguá foi possível com intervenção estatal, através da criação de um plano de ocupação e de investimento em infraestrutura de acesso e urbanização. Em 1969, através do Decreto-Lei n. 42, sancionado pelo governador do então Estado da Guanabara, Francisco Negrão de Lima, foi determinada a elaboração e apresentação do Plano Piloto para a localidade que seria projetado pelo arquiteto Lúcio Costa. O objetivo inicial desenvolvido por Costa era controlar a expansão urbana e preservar a ecologia do lugar, uma vez que a área estava disponível para expandir a cidade. O Rio de Janeiro crescia rapidamente e as autoridades locais, com o intuito de dar continuidade a orla da Zona Sul, consideraram a Baixada de Jacarepaguá potencial para este processo.

O projeto modernista utilizou-se de conceitos estabelecidos na Carta de Atenas e no zoneamento, Lúcio Costa projetou a Baixada de Jacarepaguá e Barra da Tijuca dividindo-as em áreas onde os habitantes pudessem circular, morar, trabalhar e se recrear. Incorporando o automóvel como principal símbolo de desenvolvimento e prosperidade, foram projetadas grandes avenidas e núcleos residenciais espaçados. Costa planejou uma série de diretrizes urbana e paisagísticas, com o intuito de assegurar boas condições de composição paisagística e provimento de habitações populares, e determinava as reservas biológicas de Jacarepaguá e criação de parques públicos. Mas, na prática, não foi realizado o projeto inicial havendo uma urbanização sem transporte de massa reforçando a exclusão sócio espacial das classes populares que ocupavam estas áreas.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Para maiores informações do Plano Piloto elaborado por Lucio Costa, faz-se necessária leitura do artigo *Barra da Tijuca (RJ), Plano Piloto, Legislação e Realidade: o processo de urbanização, ocupação e suas consequências ambientais* de Tatiana Fernandes, publicada na Revista VITAS nº 6, abril de 2013. Ver em referências bibliográficas.

Figura 2 - Plano Piloto da Barra da Tijuca e da Baixada de Jacarepaguá.



Fonte: Revista de História.com.br

## 2.2 Produto da cidade do capital

Em 1976, ao ser promulgado o Decreto nº 322 que instituiu que a Baixada de Jacarepaguá e Barra da Tijuca seria considerada Zona Especial – 5, a região foi dividida em 46 subzonas das quais seriam definidas características, limites, parcelamento do solo, uso, intensidade, tipos de edificações e gabaritos próprios. A fim de aproveitar ao máximo o potencial construtivo, este decreto incluiu índices urbanísticos mais atraentes para a construção civil e explorou a verticalização. Iniciaram as primeiras grandes modificações no plano urbanístico do arquiteto e Costa se desligou do seu cargo de acompanhamento, declarando posteriormente em entrevista seu desapontamento.

A prefeitura finalizou diversas obras em paralelo à construção de condomínios no conceito de cidades–torres e equipamentos urbanos como supermercado e shopping realizadas por empresas de grande porte, estimulando uma ocupação pela população de maior poder aquisitivo da cidade. A região virou palco de uma nova estratégia de mercado e morar na Barra virara sinônimo de viver em condomínios fechados, verdadeiras ilhas habitacionais onde se vende conforto, segurança e lazer, alcançando sobre lucros de

localização devido à essa diferenciação e produção em escala em grandes áreas contínuas dada a concentração fundiária da região (Ribeiro, 1997).

Em 1980, a prefeitura da cidade declarou que os custos para a implantação da rede de água e esgoto, que não tinham sido até então efetuados, eram extremamente elevados. Constatava elevado grau de poluição das lagoas e do lençol freático da região. A infraestrutura não acompanhou o crescimento urbano da região, onde há um precário sistema de saneamento ambiental para coletar e tratar os efluentes domésticos, contribuindo para o surgimento de problemas ambientais e conflitos socioambientais. Em 1988, diante do primeiro grande embate entre os agentes envolvidos, criou-se o movimento pela emancipação da Barra da Tijuca devido à falta de investimentos públicos e ao pagamento de altos impostos que não eram revertidos para a localidade. Entretanto houve derrota do movimento.

Ao longo da década de 90, a Barra da Tijuca continuou com seu intenso processo de ocupação e tornou-se o lugar preferido da classe média emergente. O bairro representava o desejo de ascender na escala social. As alterações urbanísticas no Plano Piloto de Lúcio Costa continuaram e prevaleceram ajustes de interesse do setor imobiliário, alterando gabaritos e a forma de uso e parcelamento do solo. A incapacidade do poder público em dar seguimento à urbanização nos moldes do projeto, o desinteresse em produzir habitações para a população de baixa renda e prover a mobilidade urbana e o descaso com o saneamento levou ao agravamento das condições ambientais.

Diversas família de classes mais baixas foram removidas na área que construiu o shopping Via Parque, na Restinga do Recreio, a Favela da Macumba, a Favela do Mato Alto, o Vale do Sol, Grande Canal, Gilka Machado e inúmeros pequenos loteamentos. Apenas duas comunidades que resistiram ao longo da década - Vila Autódromo e Vila Marapendi - acabaram removidas tempo depois. Essa limpeza se aprofundou a partir da notícia de que a cidade receberia as Olimpíadas de 2016, com a chegada ao poder do prefeito Eduardo Paes caracterizado por sua gestão baseada no empreendedorismo urbano competitivo e a política de remoção do seu governo, e a aliança com o empresariado nacional e local (Cosentino, 2014).

### **3. Cidade olímpica: formas(ç) de viabilização**

Ajustando-se aos princípios neoliberais, a cidade do Rio de Janeiro passa por um momento de transição de uma gestão baseada no administrativismo para o empreendedorismo urbano competitivo. Pôde-se observar este processo de forma mais

intensa com a realização dos Jogos Olímpicos de 2016, onde a Barra da Tijuca foi a principal expressão da consolidação desse projeto ao canalizar em um espaço tão curto de tempo tantas intervenções. Conforme observamos em todo percurso histórico, a região vem se consolidando como a principal frente de expansão do mercado imobiliário, onde o mesmo inova com produtos que elevam suas margens de lucro e demanda do poder público cada vez mais investimento em infraestrutura.

Nesse sentido, essa parte pretende analisar os impactos das intervenções e as mudanças da cidade para receber grandes eventos internacionais baseadas em um modelo de governança neoliberal de gestão da cidade. Serão abordadas as mudanças jurídico-institucionais, as intervenções justificadas pelo desenvolvimento econômico necessárias à realização dos megaeventos e os impactos simbólicos para atender plenamente a seus interesses. Para auxiliar na busca por esse objetivo, as análises recorrem ao trabalho de Cosentino (2015), ao Dossiê elaborado pelo Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro (2015) e ao livro Rio de Janeiro - Os impactos da copa do mundo 2014 e das olimpíadas 2016 (2015).

### **3.1. O projeto olímpico da Barra da Tijuca**

“A pesquisa evidenciou que os megaeventos esportivos no Brasil estão associados a implementação de grandes projetos urbanos e vinculados a projetos de reestruturação das cidades. Desta forma, não é possível separar a Copa do Mundo e as Olimpíadas dos projetos de cidade que estão sendo implementados. E isso se traduz no próprio orçamento que foi disponibilizado e nos investimentos realizados”. (Rio de Janeiro Os impactos da copa do mundo 2014 e das olimpíadas 2016: 7)

O Plano de Políticas Públicas Legado, principal orçamento das Olimpíadas, foi apresentado pela primeira vez em 2014. O custo das Olimpíadas, em outubro daquele ano, alcançava R\$ 37.5 bilhões. Alcançou no ano seguinte o valor de R\$ 38,7 bilhões de reais, superando em mais de R\$ 10 bilhões o orçamento da Copa do Mundo. O orçamento total foi composto por três: Orçamento do Comitê Rio 2016<sup>2</sup>, Matriz de Responsabilidades dos Jogos<sup>3</sup> e Plano de Políticas Públicas (Legado).

---

<sup>2</sup> O Orçamento do Comitê Rio 2016, uma associação privada, previa gastos operacionais do evento como alimentação, transporte, uniformes, material esportivo e acomodação dos atletas através do aluguel da Vila Olímpica e custo das estruturas complementares.

<sup>3</sup> A Matriz de Responsabilidades é um documento que “engloba os compromissos assumidos pelos entes governamentais associados exclusivamente à organização e realização do evento”. Apresenta projetos governamentais executados com recursos financeiros públicos e privados associados à organização e realização dos Jogos e relaciona o montante a ser gasto basicamente com as arenas olímpicas.

O Plano de Políticas Públicas – Legado trata de projetos que antecipam ou ampliam investimentos públicos - federais, estaduais e municipais - em “um conjunto de obras de infraestrutura (incluindo esportiva) e políticas públicas nas áreas de mobilidade, meio ambiente, urbanização, educação e cultura que estão em andamento e foram aceleradas e/ou viabilizadas pelo fato de a cidade do Rio de Janeiro sediar os Jogos Rio 2016. Trata-se, portanto, de um Plano que legitima a Olimpíada e as intervenções urbanas a ela associadas ao representar aproximadamente 63% do orçamento da Olimpíada<sup>4</sup>. O documento é composto por uma carteira de 27 projetos, sendo 16 de responsabilidade da Prefeitura, divididos em quatro categorias: mobilidade, meio ambiente, renovação urbana e desenvolvimento social; 10 do Estado, divididos em mobilidade e meio ambiente; e 3 da União, em duas categorias: educação, ciência e tecnologia e infraestrutura esportiva. No que se refere a responsabilidade pelo orçamento de R\$ 24,6 bilhões, divide-se entre os governos municipal (R\$ 14,9 bilhões), estadual (R\$ 8,6 bilhões) e federal (R\$ 264 milhões). É interessante notar que o próprio orçamento explicita a relação entre os recursos, o megaevento e a cidade e se esgota na própria realização da Olimpíada.

Tratam-se de obras majoritariamente de mobilidade (BRT Transolímpica, BRT Transoeste, Duplicação do Elevado do Joá, Viário da Barra e Reabilitação Ambiental de Jacarepaguá). A Linha 4 do Metrô, obra mais cara das Olimpíadas executada pelo Governo do Estado, também é de proveito do bairro conectando a Barra da Tijuca à Zona Sul e tem um custo de R\$ 8.8 bilhões. Assiste-se, portanto, um momento de alto investimento em mobilidade e outros projetos de urbanização do entorno: todas as intervenções ligadas aos Jogos Olímpicos conectam a região a algum lugar ou a requalificam. Nesse contexto de grande investimento na cidade, a Barra da Tijuca é um território privilegiado do orçamento Olímpico, e isso fica ainda mais evidente em relação aos projetos que a Prefeitura do Rio participa ativamente com recursos. Isso possibilita transformá-la em um novo centro, como almeja o empresariado local e estava expresso no Plano Lúcio Costa, com outra concepção.

### **3.2. Identidade de projeto: coalizões, alianças e empreendimentos**

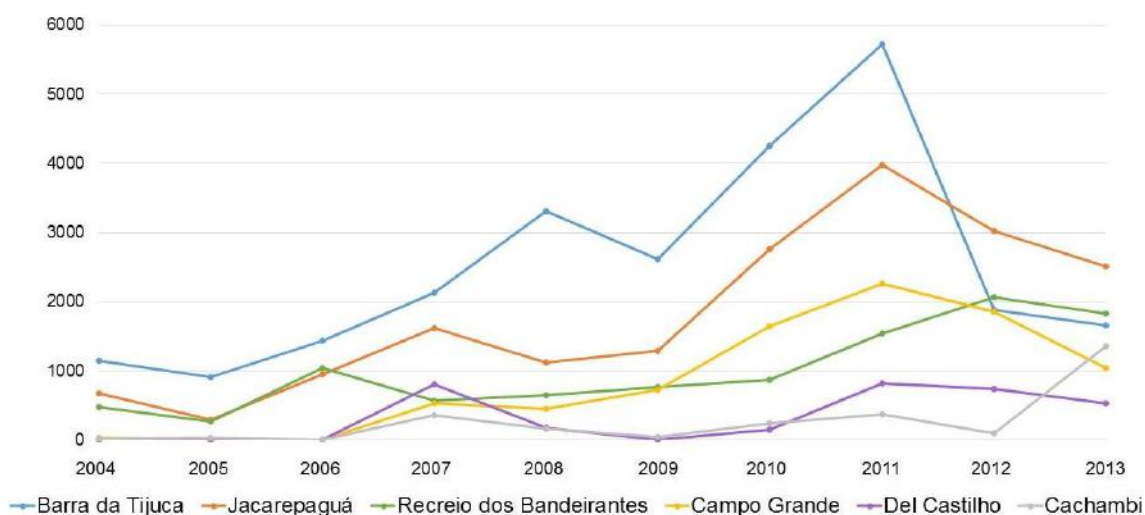
O investimento em infraestrutura de mobilidade justificado pelos Jogos Olímpicos fomenta a expansão da Barra da Tijuca e dos bairros do entorno e facilita o acesso à Baixada de Jacarepaguá tornando o bairro uma nova centralidade do Rio de Janeiro, projeto explícito pela coalizão de poder que tornou o bairro o principal centro das Olimpíadas.

---

<sup>4</sup> Cf. SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos; LIMA, Caio Guimarães Rocha. *Impactos Econômicos dos Megaeventos no Brasil: investimento público, participação privada e difusão do empreendedorismo urbano neoliberal*. In SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos; GAFFNEY, Christopher; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. *Brasil: os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016*. Rio de Janeiro: E-paper, 215, p. 57-77

Alguns desses projetos são aspirações de décadas do empresariado local. Muito do seu incentivo está em atrair moradores para a região, tendo a Barra da Tijuca liderado a venda de unidades do Rio de Janeiro na última década seguida por Jacarepaguá e Recreio dos Bandeirantes. Os três bairros estão localizados na Baixada de Jacarepaguá e representaram juntos mais da metade (57%) das vendas totais da cidade de 2004 a 2013. Também localizado na Zona Oeste, Campo Grande se expandiu principalmente a partir de 2010, com os incentivos do programa federal Minha Casa Minha Vida. Os anos de 2010 e 2011 representaram os picos de venda de unidades na Barra da Tijuca e Jacarepaguá, logo após o anúncio no fim de 2009 de que a região seria principal centro dos Jogos Olímpicos de 2016.

Gráfico 1 - Vendas Totais Unidades de 2004 a 2013 dos 6 bairros no topo do Ranking.



Fonte: tabela elaborada pela autora a partir do Relatório Pesquisa Ademi Semestral consolidado pelo autor.

Não obstante, as empresas com interesses na região administrativa da Barra da Tijuca – que inclui ainda os bairros de Camorim, Grumari, Itanhangá, Joá, Recreio dos Bandeirantes, Vargem Grande, Vargem Pequena – foram as principais doadoras de Eduardo Paes nas eleições de 2008 e 2012, quando o prefeito teve um financiamento muito superior ao de seus adversários, com destaque para as empresas Odebrecht, com oito contratos (por fonte). Em seguida, as empresas Andrade Gutierrez, Carioca Engenharia, Carvalho Hosken, Queiroz Galvão, OAS, Inverpar e CCR, cada uma delas com dois contratos envolvendo grandes projetos.

Carlos Carvalho e Pasquale Mauro faziam parte da lista de quatro grandes proprietários que despontavam como os donos da Barra na década de 1980 e, quase 40 anos depois, ainda mantêm grandes propriedades em atividade especulativa na região cuja concentração fundiária, como mencionado anteriormente, facilitou o acesso pelo mercado a

grandes áreas. Entretanto, soma-se a isso a utilização de um tipo de material cultural ao seu alcance: esses atores em conjunto constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade (Castells, 2001, p.24). Para isso garantem o perfil de alta renda do bairro: “Acredito, no entanto, que o Ilha Pura<sup>5</sup> está alinhado com o que se espera do futuro da região, com condomínios de alto padrão, em estilo de resort. São unidades autossuficientes, mantidas e geridas pela iniciativa privada, que não precisam do poder público em questões como, por exemplo, segurança”, diz Carvalho em matéria na revista Veja Rio<sup>6</sup>. Apesar da ampliação da coalizão de poder na região, a concentração fundiária se manteve praticamente inalterada, conjuntura que possibilita que o bairro continue a ser ocupado pela população de maior poder aquisitivo da cidade. Segundo Carvalho, esse desenvolvimento acelerou um processo na Barra que teria durado 30 anos: “A parte mais difícil do desenvolvimento desse plano era trazer a infraestrutura de serviços e as Olimpíadas trouxeram isso. É um pulo de bilhões e bilhões”<sup>7</sup>.

Apenas Carvalho Hosken, empresa do empresário Carlos Carvalho, em parceria com a construtora Odebrecht, construíram trinta torres com 3 600 apartamentos no condomínio Ilha Pura, a Vila Olímpica dos Jogos. Das 600 unidades disponíveis, pouco mais de 200 foram comercializadas. “Esperávamos que as vendas fossem um sucesso, mas a crise econômica nos levou a mudar os planos iniciais. Agora, estamos trabalhando com um cenário de pelo menos quatro anos para comercializar todo esse empreendimento”, anuncia o empresário<sup>8</sup> que se beneficiou desse momento de expansão<sup>9</sup>. Suas terras e seus empreendimentos se concentram principalmente em áreas que se concentram as intervenções urbanas e onde o Centro Metropolitano será construído. Fundada em 1951, a empresa participou da construção de Brasília, mas passou a se dedicar exclusivamente a projetos à Barra da Tijuca a partir de 1970 ao adquirir cerca de 10 milhões de m<sup>2</sup>. Outro proprietário de terra beneficiado pela expansão da cidade em direção à Baixada de Jacarepaguá é Pasquale Mauro, empresário italiano possui cerca de 10 milhões de m<sup>2</sup> no eixo Barra da Tijuca. O PEU das Vargens e as obras de infraestrutura realizadas no primeiro mandato do prefeito Eduardo Paes garantiram a ele uma sobrevalorização dos terrenos que se encontram nessa região da baixada.

---

<sup>5</sup> Trata-se do empreendimento de condomínios residenciais Ilha Pura, construído pela Carvalho Hosken e pela Odebrecht Realizações Imobiliárias, localizado na Avenida Salvador Allende.

<sup>6</sup> <https://vejario.abril.com.br/cidades/os-desafios-da-barra-da-tijuca-depois-da-olimpiada/>

<sup>7</sup> Em entrevista dada ao Guardian, disponível em <https://www.theguardian.com/sport/2015/aug/12/o-empresario-carioca-na-esperanca-de-um-legado-olimpico-proprio-de-bilhoes>

<sup>8</sup> Matéria da revista Veja Rio. Disponível em <https://vejario.abril.com.br/cidades/os-desafios-da-barra-da-tijuca-depois-da-olimpiada/>

<sup>9</sup> Integrou a delegação brasileira pela candidatura do Rio de Janeiro que foi a Copenhague em 2009.

Com as Olimpíadas houve também a entrada de grandes construtoras e incorporadoras nacionais no mercado imobiliário da Barra da Tijuca como a Queiroz Galvão Desenvolvimento Imobiliário. Seu primeiro empreendimento no Rio, o residencial Barra Village House Life localizado no Recreio dos Bandeirantes, era um local restrito a construção de casas. Com a aprovação do Plano de Estruturação Urbanística (PEU) das Vargens, Lei Complementar 104/09, permitiu construções multifamiliares de até três andares e viabilizou o empreendimento como um conjunto de 324 edifícios baixos. Ainda a Odebrecht Realizações tinha três empreendimentos comerciais lançados na região da Av. Abelardo Bueno até 2012. Já a Andrade Gutierrez faz parte do Consórcio Rio Mais<sup>10</sup>, responsável pela construção do Parque Olímpico, hoje área disponível de quase 400 mil m<sup>2</sup>. Entretanto, a concentração de grandes contratos com estas empresas não se restringe à Olimpíada<sup>11</sup>. No contexto dos megaeventos fica ainda mais evidente que se trata de um negócio privado e legitimado pelas parcerias público e privadas envolvendo interesses, recursos e lucros para seus empreendedores.

A partir das profundas intervenções em mobilidade e infraestrutura para a promoção das Olimpíadas, o Grupo de Trabalho avaliou que seria necessário o comando pela Secretaria Municipal de Urbanismo. O grupo ainda ressaltou que a urbanização do Centro Metropolitano é obrigação dos proprietários dos seus terrenos devido aos Termos de Urbanização e sob os parâmetros estabelecidos pelo poder público. No entanto, toda a urbanização vem sendo empreendida pela Prefeitura ou através das parcerias público-privadas de benefício privado. Nesse sentido, as intervenções relacionadas à Olimpíada expressam a transferência de recursos públicos para alguns grupos privados através da coalização de poder em prol do projeto de neoliberalização da cidade do Rio de Janeiro.

Identifica-se a formação dos novos atores sociais e institucionais, como sua atuação é fragmentada, muitas vezes isolada, mas sempre em interação com os aparatos do Estado, redes globais e indivíduos centrados em si mesmos (Castells, 1999). Desde o momento em que foi anunciada a escolha do Rio de Janeiro como sede das Olimpíadas de 2016, a grande imprensa, políticos e empresários, destacaram as oportunidades de ampliar investimentos na cidade. Nesta economia simbólica que cerca os megaeventos, liderados pelas coalizões dominantes de poder localizado, a marca olímpica comparece com manual de instruções de planejamento.

---

<sup>10</sup> O Consórcio Rio Mais é composto pelas construtoras Norberto Odebrecht, Andrade Gutierrez e Carvalho Hosken.

<sup>11</sup> Estudo do Instituto Mais Democracia, realizado no ano de 2013. PINTO, João Roberto Lopes. Donos do Rio. Artigo no site do Instituto Mais democracia. Disponível em <http://maisdemocracia.org.br/blog/2013/07/16/donos-do-rio/>.



### 3.3. Identidade legitimadora: as mudanças jurídico-institucionais

Neste contexto marcado por relações de poder, é possível reconhecer mudanças nas medidas legislativas para a realização dos megaeventos. Um conjunto de organizações e instituições, bem como uma série de atores sociais estruturados e organizados reproduzem a identidade que racionaliza as fontes de dominação estrutural (Castells, 2001, p.24), o que Castells distingue como identidade legitimadora. Segundo as análises elaboradas por Renata Toledo, Jonathan Grix e Maria Bega<sup>12</sup> “essas alterações legislativas adequa a estrutura jurídico-institucional do país às demandas impetradas pela FIFA e pelo COI e, assim, prove as condições para que os compromissos assumidos pelas respectivas candidaturas pudessem ser cumpridos” (p.29).

Dentre as alterações legislativas efetuadas pelo governo federal brasileiro para os Jogos cabe destacar neste artigo o Ato Olímpico (Lei 12.035, de 1o de outubro de 2009) e a lei que instituiu o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (Lei 12.462, de 4 de agosto de 2011). De caráter transitório e composta por 16 artigos, a Lei 12.035/2009, também chamada de Ato Olímpico, introduzia e/ou alterava normas legislativas referentes à imigração, propriedade industrial e intelectual, contratos prévios de concessão pública, doping, gratuidade de serviços públicos, legislação complementar e garantias financeiras. Portanto, flexibilizou a imigração no período dos jogos; atribuiu ao governo federal a obrigatoriedade de controlar, fiscalizar e reprimir quaisquer atos que infringissem os direitos de exploração comercial dos símbolos, expressões idiomáticas e produtos associados aos Jogos; assegurou a provisão gratuita de serviços públicos tais como saúde, segurança, vigilância sanitária, alfândega e de frequência de radiodifusão ao Comitê Organizador dos Jogos dentre outras alterações.

Já o Regime Diferenciado de Contratações Públicas, contudo, não era propriamente uma condição nem da FIFA nem do COI. Criado para a contratação de obras, produtos e serviços necessários à realização dos megaeventos esportivos e das obras de infraestrutura aeroportuária sob o argumento que se fazia necessário imprimir padrões de excelência à administração pública. Introduziu uma série de inovações no processo de contratação de bens e serviços pelo Estado, como a criação de remuneração variável para a empresa contratada, condicionada ao desempenho desta no cumprimento do contrato; autorização para que a administração indique a marca e o modelo do objeto a ser licitado, o que era expressamente vetado pela Lei 8.666/93; a divulgação do orçamento estimado apenas no

---

<sup>12</sup> TOLEDO, Renata Maria, GRIX, Jonathan e BEGA, Maria Tarcisa. Artigo Megaeventos esportivos e seus legados: uma análise dos efeitos institucionais da eleição do Brasil como país-sede publicado na Revista de Sociologia e Política, v. 23, n. 56, p. 21-44, dez. 2015.

ato de encerramento do processo licitatório, em oposição à obrigatoriedade de sua divulgação no edital de abertura, o que diminuiu, ainda que transitoriamente, a transparência do processo de licitação. A lei do RDC interessou principalmente às empresas fornecedoras de bens e serviços ao Estado, com destaque para aquelas que integram o setor da construção civil.

Isso explica a quase totalidade dos processos licitatórios de contratação pública de obras de engenharia envolver maior gastos públicos, apesar do discurso de que a PPP garante a realização das obras com recursos privados. Essas condições desempenharam não apenas um papel relevante na conformação atual das licitações públicas no país e no delineamento de novos dispositivos legais, mas principalmente na consolidação de uma justificativa a partir da construção simbólica. Primeiramente, porque produz-se uma perspectiva de que os megaeventos esportivos produzem benefícios que exigem esforços e que justificam as alterações legislativas a fim de conquistá-las, incluído mecanismos excepcionais de regulação operantes no país. Mas também “orientam a ação dos indivíduos no interior das organizações sociais” (TOLEDO, Renata Maria, GRIX, Jonathan e BEGA, Maria Tarcisa, 2015, p.15) originárias de categorias de definição, tomadas como “certas”, que permitem aos indivíduos identificar e tornar conhecidos os elementos que compõem o universo social de que fazem parte.

Legitimado para a construção deste símbolo pelas instituições dominantes, diversas violações são impostas para viabilizar as intervenções carregando consigo uma falsa conotação positiva de mudança social democrática. Um dos casos mais emblemáticos na região foi a instalação de um novo campo de golfe: o Campo Olímpico de Golfe do Rio de Janeiro. Inaugurado em 22 de novembro de 2015, sediou a competição de golfe, modalidade que não fazia parte do programa olímpico desde os Jogos de 1904. Localizado em área cuja delimitação inclui parte do Parque Natural Municipal de Marapendi, estendendo-se até a beira da lagoa a cerca de cinco quilômetros do Parque Olímpico. Ocupa uma área de 970 mil m<sup>2</sup>, onde 58.000 m<sup>2</sup> desta área eram considerados intocáveis por esta inserido na Zona de Conservação da Vida Silvestre (ZCVS). Para viabilizá-lo, foi aprovado o projeto de lei em 2012 dando origem à Lei Complementar 125, de 14 de janeiro de 2013. Além de se tratar de uma grande operação urbana em prol do benefício dos grandes proprietários imobiliários da região recebendo uma grande área pública protegida para a construção de condomínios fechados, como o condomínio Riserva Golf previstos (e

já iniciadas as vendas) 4 torres de 20 andares com apartamentos de luxo<sup>13</sup> desenvolvido pela incorporadora Cyrela.

Outro caso emblemático foi a construção do Parque Olímpico onde se pode destacar também o descumprimento das exigências ambientais legais – federal e estadual - pela ausência de Estudos de Impacto Ambiental para sua construção. Considerando o porte do empreendimento e a intervenção em Áreas de Preservação Permanente da Lagoa de Jacarepaguá, exigiriam Estudos e Relatórios de Impacto Ambiental. Ainda se trata de privatização do espaço público que, com o fim dos jogos, maior parte da área se converte na construção de mais condomínios luxuosos. A legislação da região exige do incorporador privado o investimento em infraestrutura, mas foi investido através de recursos públicos. A área também foi beneficiada por mudança de legislação para aumentar o potencial construtivo e, portanto, ampliar os ganhos imobiliários. Nessa área está também a comunidade Vila Autódromo e, embora os moradores possuíssem a posse legal de suas terras, resistissem à remoção ilegal e ainda questionada na justiça, realizaram a demolição de maior parte das casas. Utilizando-se de um clima de insegurança, a prefeitura forçou a saída em nome dos Jogos Olímpicos (Münch, 2017).

#### **3.4. Identidade de resistência: conflitos, violações e resistências**

Os domínios se expandem no contexto dos megaeventos e redefinem representações sobre o espaço por meio da transformação e construção de imaginários em múltiplas escalas. As intervenções urbanas em conjunto com as novas regulações jurídicas e novos agentes institucionais gestando a cidade manipula simbolicamente a construção de subjetividade na região da Barra da Tijuca. Este conjunto de instrumentos simbólicos tem grande capacidade de moldar a realidade através de uma relativa autonomia dos sistemas simbólicos das estruturas sociais e de seu poder constitutivo e se constitui de uma cena urbana preparada para sediar os eventos globais que moldam representações compartilhadas do mundo. Esconde “dos olhares internacionais as manifestações da deficiência do capitalismo e projetar a aparência de uma sociedade modelo, de um ethos feliz e “pacificado”, os processos de construção de imagem acabam por distrair a atenção do lado mais sombrio do neoliberalismo, com base em várias exclusões, violência e produção de desigualdades” (Sánchez, 2016, p.219).

A localização dos moradores da cidade é determinada de acordo com a sua classe social, submetendo-os à lógica do mercado e violando direitos legitimado pelo apoio popular

---

<sup>13</sup> Informações coletadas no site do Condomínio Riserva Golf, disponíveis em <http://riservagolfvistamare.com/>

aos jogos. A estigmatização da população mais pobre garante a acumulação de capital simbólico (Bourdieu, 1989), na medida em que as classes populares se constituiriam em “barreiras à circulação da acumulação de capital” imobiliário na região (Harvey, 2010, p.69–70), Viabilizadas através das parcerias, essas operações (re)inventam direitos democráticos em virtude dos processos de especulação e são transformados por novas relações entre o capital imobiliário, financeiro e o próprio Estado onde são impostas violações do direito à cidade associadas à segurança pública e moradia. Apesar de considerados inevitáveis, os efeitos posteriores aos jogos são profundos e duradouros sobre a população e o território.

As intervenções na política de segurança pública aumentam, medem e controlam circulações na cidade-sede do megaevento (Fussey, 2014). Christopher Gaffney<sup>14</sup> identifica três tipos de intervenção institucionalizadas: as Unidades Pacificadores Policiais, o Centro Integrado do Comando e Controle do Estado do Rio de Janeiro (CICC/RJ) e o Centro das Operações do Rio de Janeiro (COR). Um processo para abrir novas geografias de consumo, e vigiar, medir e controlar as circulações (Harvey, 2010, p.112). A crescente militarização da cidade, fundamentada na política de segurança belicista e racista, atinge especialmente os jovens negros moradores de favelas e periferias diariamente assassinados pela polícia.

Esta política baseada no medo atinge a todos: cria-se muros visíveis e invisíveis que promovem a segregação sócio espacial da cidade. Entretanto, relatório elaborado pelo Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro<sup>15</sup> demonstra que “as remoções vinculadas à Olimpíada prosseguem atingindo ou ameaçando milhares de famílias, por meio da coação e da violência institucional, violando gravemente os direitos humanos, em especial o direito à moradia” (p.7). Na Barra da Tijuca, as primeiras comunidades a serem removidas justificadas pelo Projeto Olímpico foram as do Recreio dos Bandeirantes, na construção da Transoeste; Vila Recreio II e Vila Harmonia foram extintas e Restinga parcialmente removida. A opção oferecida, em alguns casos, pela Prefeitura foi o pagamento de indenização – que em muitos casos ainda não foram pagos - e o reassentamento de famílias para os conjuntos habitacionais em Campo Grande, construídos

---

<sup>14</sup> Cf. CASTRO, Demian, GAFFNEY, Christopher, NOVAES, Patrícia, RODRIGUES, Juciano, DOS SANTOS, Carolina, SANTOS JUNIOR, Orlando. Rio de Janeiro: os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016, 2015, capítulo VI Segurança pública e grandes eventos no Rio de Janeiro (páginas 145-170)

<sup>15</sup> A primeira versão do Dossiê Megaeventos e Direitos Humanos no Rio de Janeiro, lançada em março de 2012, traçou um quadro abrangente das situações de violação dos direitos humanos relacionadas às intervenções da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016, envolvendo as questões da moradia, mobilidade, trabalho, esporte, segurança pública, informação, participação e economia.

pelo programa Minha Casa, Minha Vida – muito distantes dos locais de moradia ou trabalho em divergência à Lei Orgânica do Município<sup>16</sup>.

Em contraponto, movimentos questionam e propõem novas formas de produção do espaço. Atores que se encontram em condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica de dominação constroem o que Castells identifica como Identidade de resistência que “surge, por um lado, a partir de um sentimento de alienação e, por outro, de um ressentimento contrário à exclusão injusta, de natureza política, econômica ou social” (Scheff, 1994, p.281). Cosentino (2015) ainda identifica três principais frentes:

“...das comunidades que estão sofrendo com processos de remoção, das comunidades tradicionais de agricultores e quilombolas e ainda de jovens comprometidos com a causa ambiental e que lutam contra a especulação imobiliária e todos os negócios que envolvem a construção do Campo de Golfe Olímpico. São movimentos que se opõem ao projeto neoliberal empreendido no Rio de Janeiro e que tem na Barra da Tijuca sua expressão máxima e apresentam suas formas de ocupação e de viver naquele território” (p.142).

Ainda o direito à informação e à transparência da gestão pública são violados a fim de projetar uma imagem marcada pela negação de tensões sociais deslegitimando as reivindicações e resistências ao, a Prefeitura e a mídia, omitir informações e propagar a falsa ideias. Verifica-se, portanto, a ausência de um legado esportivo que beneficie a cidade marcada por diversas violações associadas à privatização do espaço público, ao desrespeito à legislação ambiental, e ao fechamento de equipamentos esportivos que poderiam ser usufruídas pela população.

#### **4. Considerações finais**

A integração simbólica da política-espetáculo na legitimação e concretização dos jogos ocultou suas contradições. Diversas promessas explícitas ligadas ao projeto não foram atingidas na gestão do então prefeito Eduardo Paes. O aumento no valor das terras associado à proximidade com o novo Parque Olímpico acelera o processo de operações, planos e projetos imobiliários. Apesar da omissão (e atraso) das metas da gestão do prefeito Marcelo Crivella e suas críticas à gestão anterior, observa-se continuidade, de diferente

---

<sup>16</sup> Em seu Art. 429 - A política de desenvolvimento urbano respeitará os seguintes preceitos: VI - urbanização, regularização fundiária e titulação das áreas faveladas e de baixa renda, sem remoção dos moradores, salvo quando as condições físicas da área ocupada imponham risco de vida aos seus habitantes, hipótese em que serão seguidas as seguintes regras: a) laudo técnico do órgão responsável; b) participação da comunidade interessada e das entidades representativas na análise e definição das soluções; c) assentamento em localidades próximas dos locais da moradia ou do trabalho, se necessário o remanejamento. Disponível em <http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/Organica.nsf/24fb20fe68103aa203256493006a7e0a/76beb19da1b8d4ae0325649d00530600?OpenDocument>. Acesso em 17 novembro 2017.

forma, da reprodução do modelo empreendedorista em prol do mercado. Portanto, permanece a insegurança frente a possíveis remoção de favelas das áreas próximas, confirmando o projeto inicial da Barra da Tijuca.

Após o fim do maior evento esportivo, o chamado “legado” não correspondeu às promessas. O plano de transformação da arena em escolas públicas e locais de formação de novos atletas não se concretizou. Há pouco uso e nem é mencionado o orçamento previsto para desmontar a Arena do Futuro (chamada temporária) para se construir quatro escolas públicas em outros pontos da cidade<sup>17</sup>. Além das obras do BRT Transbrasil – direção Barra/Deodoro - não ter sido finalizada<sup>18</sup>, o Parque Olímpico de Deodoro mantém-se fechado.

Tornando-se vitrine e destino de investimentos, em 2014, apesar do insucesso, é lançado o luxuoso alojamento esportivo complexo Ilha Pura, composto por sete condomínios de um total de 31 torres, através do consórcio formado pelas construtoras Carvalho Hosken e Odebrecht, a reafirmar o desejo de manter um desenvolvimento exclusivo, isolado e elitista<sup>19</sup>. O ano que sucede o evento também é marcado por anúncios de projetos na Barra. Em novembro de 2017 é anunciado o projeto de instituição de longa permanência para idosos de alto padrão<sup>20</sup>, interesse do Grupo Orpea Clinea, empresa francesa. Em dezembro do mesmo ano a Multiplan, dona de dois shopping centers na Barra da Tijuca, anuncia que “está se preparando para construir um monotrilho que ligará os dois centros de consumo”<sup>21</sup>. Ainda, a partir de 2018 é possível que outros projetos sejam anunciados.

O reflexo da valorização do território Barra se dá também nas suas adjacências, recriando nova fronteira de expansão do mercado. O caso mais emblemático talvez seja do Rio das Pedras quando, em maio de 2017, Crivella anuncia o interesse em transformá-la num bairro vertical, como parte de uma nova estratégia do município para urbanizar favelas do Rio<sup>22</sup>. Constitui-se, inicialmente, um plano que prevê a construção de cerca de 30 mil apartamentos e empreendimentos comerciais em condomínios de prédios com 12 andares,

---

<sup>17</sup> Entrevista à Patrícia Amorim, sub-secretária municipal de Esporte, realizada no Jornal Nacional, disponível em <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/08/um-ano-apos-olimpiada-legado-permanece-em-grande-parte-sem-uso.html>

<sup>18</sup> Matéria em O Globo, disponível em <https://oglobo.globo.com/rio/perguntas-respostas-sobre-retomada-das-obras-do-brt-transbrasil-21189095>

<sup>19</sup> Título que se dá pela Rio on Watch em matéria disponível em <http://riononwatch.org.br/?p=12658>

<sup>20</sup> Anunciado em matéria do Jornal do Brasil, disponível em <http://www.jb.com.br/rio/noticias/2017/11/27/peninsula-tera-projeto-residencial-de-alto-luxo-para-a-terceira-idade/>

<sup>21</sup> Matéria disponível em <https://www.istoedinheiro.com.br/multiplan-inicia-plano-para-construir-monotrilho-no-rio/>

<sup>22</sup> Anúncio em matéria de O Globo, disponível em <https://oglobo.globo.com/rio/rio-das-pedras-ganha-projeto-para-virar-bairro-vertical-21345321>

cujos imóveis seriam vendidos aos moradores através de financiamento da Caixa Econômica, pelo programa Minha Casa Minha Vida. Estimou-se inicialmente um custo em torno de R\$ 5,4 bilhões, que seria viabilizado com recursos de uma espécie de parceria público-privada.

A área destacada para o projeto, entretanto, não corresponde apenas ao Rio das Pedras, mas sim a uma área quase cinco vezes maior, incluindo parte do Itanhangá, uma grande área de mata verde, avança por todo o Rio das Pedras e segue, por fim, em direção à Barra da Tijuca, Cidade de Deus e Gardênia Azul. A então chamada Operação Urbana Consorciada Rio das Pedras faz parte da cidade negociada com empreiteiras numa Parceria Público-Privada, formando um consórcio que executa e explora obras. A possibilidade de remoção e a limpeza gerada pelo plano não foi bem recebida pelos moradores da região, palco de manifestação no dia 25 de agosto de 2017 e motivo de protesto em frente à Câmara de Vereadores dia 6 de outubro do mesmo ano<sup>23</sup>. Frente à resistência dos moradores, ao final do ano Crivella anunciou que arquivou o projeto, interrompendo-o. Mas a insegurança continua.

Também emblemático, não se pode esquecer do Plano de Estruturação Urbana (PEU) elaborado pela Prefeitura para as Vargens, outra região de fronteira e de forte potencial para expansão da Barra. O PLC 140/2015 prevê a ampliação da infraestrutura na região por meio de uma Operação Urbana Consorciada (OUC), como é o Porto Maravilha. Nesse tipo de iniciativa, o Município permite que a iniciativa privada construa prédios de grande porte na região e prestem serviços de saneamento, transportes, drenagem e urbanismo. Com 50 quilômetros quadrados, o espaço dessa nova OUC compreenderia as Vargens Grande e Pequena e partes do Recreio, da Barra e de Jacarepaguá. Entretanto, a proposta gerou insatisfação dos moradores. Com mais de 40 mil habitantes, esse trecho da Zona Oeste é dominado pela natureza e apresenta menos de 30% de seu espaço ocupado por área urbana e pouco mais de 200 apartamentos - de acordo com informações do Armazém de Dados.

Este projeto não é antigo, foi lançado inicialmente em 2009, porém tudo aponta que há interesse em executá-lo. Entretanto, a execução por parte da atual gestão municipal seria extremamente contraditória frente às metas apontadas no Plano Estratégico, cujas diretrizes na dimensão urbano ambiental apontam para a preservação e conservação de áreas naturais e da paisagem, mesmo que reduzidas a metas quantitativas, sem muita especificação dos locais e processos. São muitas as contradições, a começar pelas razões

---

<sup>23</sup> Matéria do G1, disponível em <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/moradores-de-rio-das-pedras-fazem-protesto-em-frente-a-camara-de-veredores-do-rio.shtml>

que motivaram a eleição do atual prefeito, com base no discurso “vamos cuidar das pessoas”<sup>24</sup>, quando o que mais se menciona são propostas de obras de mobilidade, infraestrutura, saneamento e logística na cidade, em parceria com a iniciativa privada. Apenas confirma, em ritmo mais lento à gestão anterior, o modelo de cidade mercantilizada, propícia a transformações que atendem principalmente ao interesses privados de grandes corporações. Faz-se nítido o programa *Rio+Fácil* da atual gestão, composto por um conjunto de 15 decretos que desburocratiza a abertura de empresas, autoriza eventos e licencia novas obras na cidade.

Devido ao elevado número de remoções, à insegurança gerada, à ausência de respostas da atual gestão ou mesmo às novas propostas de megaconstruções estabelecidas, percebe-se uma nova gramática territorial na cena urbana carioca (Sánchez, 2016). Ações combinadas nos territórios são reconhecidas a partir de diferentes práticas e expressões das resistências, cujos sujeitos constroem relações simbólicas e territoriais com o projeto de cidade, através de escolhas locacionais, uso de novos instrumentos de comunicação e também inovação nos modos de interação nos espaços públicos. Questionam, portanto, os sentidos tradicionais atribuídos aos lugares urbanos e edifícios emblemáticos, e buscam instrumentos midiáticos que conferem centralidade na luta pelos direitos urbanos, “mostrando que a “cidade maravilhosa” é mais que uma síntese de cartão postal, também pode ser a cidade que luta” (Sánchez, 2016, p.219).

### **Referências bibliográficas**

ARANTES, Otília. **Uma estratégia fatal**. In: ARANTES, Otília; MARICATO, Ermínia; BOURDIEU, Pierre. **O senso prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 6ª edição Perspectiva. São Paulo, 2005.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Ed Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Jorge Zahar Ed. Rio de Janeiro, 1997.

CARDOSO, Adauto Lucio. **O espaço do capital: a Barra da Tijuca e a grande promoção imobiliária**. In: Anais do III Encontro Nacional da ANPUR vol. 1, 1989, Águas de São Pedro. Pág 156 a 175.

---

<sup>24</sup> Anunciado pelo então candidato à Prefeitura Marcelo Crivella, disponível em [g1.globo.com/rio-de-.../marcelo-crivella-discursa-apos-ser-eleito-prefeito-do-rio.html](http://g1.globo.com/rio-de-.../marcelo-crivella-discursa-apos-ser-eleito-prefeito-do-rio.html)



CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade em A era da informação: economia, sociedade e cultura** v.2. ed Paz e Terra. São Paulo, 1999.

COSENTINO, Renato. **Barra da tijuca e o projeto olímpico: a cidade do capital**. Rio de Janeiro, 2015.

CASTRO, Demian; GAFFNEY, Christopher; NOVAES, Patrícia; RODRIGUES, Juciano; SANTOS, Carolina; e SANTOS, Orlando. **Rio de Janeiro: os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016** (org. Demian Castro ... [et al.]. 1º ed. – Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

DIXON, Caitlin. **Condomínios Fechados e Comunidades Cercadas: O Futuro do Desenvolvimento Urbano no Rio?** Artigo publicado para o Rio On Watch, disponível em <http://rioonwatch.org.br/?p=12690> em 16 de outubro de 2014.

COMITÊ Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro. Dossiê **Rio 2016: Os Jogos da Exclusão**. Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015.

FERNANDES, Tatiana. Artigo **Barra da Tijuca (RJ), Plano Piloto, Legislação e Realidade: o processo de urbanização, ocupação e suas consequências ambientais** in Revista VITAS nº 6, abril de 2013.

FIX, Mariana. **Parceiros da exclusão: das histórias da construção de uma “nova cidade” em São Paulo: Faria Lima e Água Espraiada**. Ed Boitempo. São Paulo, 2001.

FIX, Mariana. Artigo **A “fórmula mágica” da parceria público-privada: Operações Urbanas em São Paulo** publicado em Cadernos de Urbanismo, n.o 3. Rio de Janeiro: Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, 2000.

FUSSEY, Pete. 2014. **“Command, Control and Contestation: Negotiating Security at the London 2012 Olympics: Negotiating Security at the London 2012 Olympics.”** The Geographical Journal, February, n/a-n/a. doi:10.1111/ geoj.12058.

GUIMARÃES, Renato. Dissertação **Barra da Tijuca e o projeto olímpico: a cidade do capital**. Rio de Janeiro, 2015.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. Ed Annablume. São Paulo, 2005.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. 8ª edição Edições Loyola, 2014.

MÜNCH, Marcela. **Direitos humanos e a Colonização do Urbano: Vila Autódromo na disputa**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. **Dos cortiços aos condomínios fechados: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: IPPUR, UFRJ: FASE, 1997.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos Lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. 1ª edição ed Boitempo. São Paulo, 2015.

SÁNCHEZ, Fernanda. **A Cidade Maravilhosa e as disputas simbólicas atores, instrumentos e gramáticas territoriais**. In Os Megaeventos e a cidade: perspectivas críticas (org. et al) p. 219 - 244. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido**. 1979.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos, SANTOS, Mauro Rego Monteiro dos. **Megaeventos e Direito à Moradia: questões e reflexões a partir do caso do Rio de Janeiro**. In OLIVEIRA, F. L.; CARDOSO, A. L.; COSTA, H. S. M.; VAINER, C. B. Grandes Projetos Metropolitanos: Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Letra Capital: Rio de Janeiro, p. 287-313, 2012.

TOLEDO, Renata Maria; GRIX, Jonathan; e BEGA, Maria Tarcisa. **Megaeventos esportivos e seus legados: uma análise dos efeitos institucionais da eleição do Brasil como país-sede** in Revista de Sociologia e Política, v. 23, n. 56, p. 21-44, dez. 2015.

VAINER, Carlos. **Cidade do pensamento único**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

WERNECK, Mariana. Interesses em Jogo na Cidade Olímpica